

5. Conclusão

O psicólogo no contexto escolar tem um papel complexo, especialmente quando ocorre o encaminhamento de crianças que apresentam “problemas” e são consideradas como “difíceis“, em geral, por um comportamento agressivo e/ou agitado. Por essa razão, deu-se início a uma pesquisa, em uma 1ª etapa (1997), com professores de educação infantil que selecionaram 2 crianças fáceis e 2 difíceis com o objetivo de compreender as suas concepções de crianças.

Esta presente pesquisa se presta a uma continuidade desse projeto global, sendo idealizada como uma avaliação da vida escolar dessas crianças consideradas fáceis ou difíceis, analisando, nesta etapa atual, as concepções dos professores atuais dessas crianças, uma vez que elas estão com idade entre 11 e 12 anos, devendo estar cursando o nível fundamental de ensino. Desse modo, as crianças foram analisadas em dois momentos, por diferentes professores de níveis distintos, caracterizando um estudo follow-up que pretende revalidar conceitos já antes constatados.

As crianças foram analisadas quanto ao nível de escolaridade, ao gênero, às concepções fáceis/difíceis e autônomas/não-autônomas e quanto às habilidades relacionadas ao contexto escolar.

As crianças fáceis foram localizadas cursando a 5ª ou 6ª séries, portanto, dentro de uma faixa compatível com a idade de 11 e 12 anos; por outro lado, as crianças difíceis foram localizadas cursando a 2ª ou 3ª séries, uma vez que tiveram uma vida escolar marcada com repetências. Dessa forma, pode ser confirmado o pressuposto de que criança difícil tem, em geral, um desenvolvimento irregular na sua vida escolar, pois, a concepção de criança difícil está na sua maioria, vinculada a um comportamento agressivo e/ou agitado, julgado pelo professor como incompatível com o desenvolvimento de um bom aprendiz, o que acaba por influenciar na avaliação desse aluno.

Embora as crianças fáceis e difíceis ainda não tenham sido devidamente analisadas quanto ao gênero, em nenhuma etapa da pesquisa global, este trabalho mostrou que houve uma forte incidência no sexo masculino quanto à criança difícil, o que parece denotar que o comportamento agressivo e/ou agitado não está dentro do modelo idealizado pelo professor. Sendo o tema gênero abrangente e

polêmico, fica aqui a idéia para um futuro aprofundamento nesse sentido, levando em consideração a teoria de Gilligan (1982) que amplia os estudos, associando a moral ao gênero, não apenas da visão masculina, mostrando modos diferentes de ser no mundo, ao que ela chamou de ética do cuidado.

As concepções das professoras das creches estão, em geral, relacionadas com habilidades fora do contexto escolar, mostrando que o mundo das relações perpassam ao espaço da escola. O comportamento agressivo e/ou agitado determina a escolha da criança como difícil, sendo na sua maioria do sexo masculino.

Para os professores do ensino fundamental o aluno é independente somente fora da escola, compreendendo que este não dá conta do que lhe é esperado dentro da escola. Os resultados mostram, contudo, que a maioria dos professores do ensino fundamental, não apontaram a criança como difícil quanto ao seu aproveitamento escolar, ponderando que cada uma tem o seu ritmo particular nesse processo, mas pelo seu comportamento agressivo e/ou agitado, que é visto como incompatível com a aprendizagem.

Guardadas as diferenças flagrantes verificadas na relação pesquisador-pesquisado nos dois momentos da pesquisa, verificou-se que as concepções das professoras das creches foram construídas a partir de cursos e debates, sendo influenciadas pelo embasamento teórico que amplia a noção de autonomia moral, além do significado de independência. Por outro lado, nas concepções dos professores do ensino fundamental esse embasamento teórico só é verificado na 5ª e 6ª séries, que demandam o nível universitário como critério para a formação do professor. Esses resultados mostram que a exigência de um nível mais alto de escolaridade para professor deveria se estender também para as outras séries do ensino fundamental.

A autonomia no contexto desta pesquisa está ligada ao fundamento da educação moral como sendo indispensável para o nível da educação infantil, como constatado na pesquisa anterior. Se ambos os níveis integram um mesmo processo de formação da criança, do mesmo modo, no ensino fundamental também se faz necessária a educação moral.

A Educação é vista como possível para neutralizar os efeitos da cultura de consumo e da influência exagerada da mídia na formação da criança. Privilegiando-se a escola como espaço formal para a formação integral do

indivíduo, não se descarta, porém, a importância da família reconhecida como parceira nesse processo.

Um tipo de educação moral proposto, não deve ser comparado a uma modalidade, mas como uma dimensão formativa que se faz necessária para a formação integral do indivíduo. A implantação desse tipo especial de educação deverá ser, no entanto, a partir de temas incluídos transversalmente nas diversas disciplinas de um currículo, não como disciplinas específicas ou através de cursos especiais, uma vez que a formação moral não se dá em horários e lugares específicos, mas em todos os momentos na vida do indivíduo.

Alguns exemplos de transversalidade já foram implantados no Brasil, o que se faz necessário agora é aumentar o número de pesquisas nesse sentido, para que se esclareça a efetividade da implantação realizada e, ao mesmo tempo, que se crie condições para que estas sejam debatidas no âmbito da escola como um todo, diretamente com todos os implicados na tarefa de educar a criança.

A criança difícil está frequentemente avaliada através do seu comportamento agressivo e/ou agitado, em geral, envolvida com o conflito nas interações sociais. O conflito, visto como um desencadeante do processo de crescimento, para a ser um fator propulsor no desenvolvimento moral e intelectual em sala de aula.

O que se prioriza aqui é uma atenção mais cuidadosa quanto à ênfase que o conflito tem nas relações escolares, vendo a criança difícil, como em um momento difícil, o conflito deixará de ser um “ruído“ de comunicação, mas a grande oportunidade de possibilitar um desenvolvimento moral e íntegro.

O diálogo foi escolhido pela maioria dos professores do ensino fundamental, ao descrever as suas estratégias na promoção da autonomia em sala de aula, provando que entendem o diálogo como essencial na prática educativa. Entretanto, um diálogo só será eficiente se houver uma troca dialógica verdadeira, dando voz à criança no processo do seu desenvolvimento.

Entre vários teóricos da atualidade que proclamam um declínio moral característico de fim de século, Giddens (1979) se mostra especialmente otimista, garantindo que o diálogo é o único meio para a solução de problemas atuais de um mundo plural, como a falta de solidariedade e de tolerância. Na sua falta, somente

a violência prevalece. Sendo diálogo um meio para uma possível saída de uma sociedade em crise, a escola terá sempre o seu papel reconhecido.

O diálogo, assim considerado como importante ferramenta no contexto escolar, justifica que outros estudos se façam, dando voz à criança que ainda está ausente neste estudo. A proposta é que a criança traga a sua visão sobre a autonomia, tanto no círculo familiar quanto na escola, trazendo com ela maiores esclarecimentos e discussões ampliadas do – ser autônomo.

Com a certeza de ter sido um trabalho em parceria, este foi um momento em que o psicólogo empresta à escola uma visão ampla da realidade. É neste sentido que este trabalho se norteia, tratando de focalizar o microcontexto, visando compreender esse aluno que, percebido como difícil, comparece como os números negativos em estatísticas.